

## MEMÓRIA E HISTÓRIA NA CRÔNICA “TATUAPÉ, O CAMINHO DO TATU”, DE DANIEL MUNDUKURU

Walace Rodrigues<sup>1</sup>  
 Antonia Aparecida Pereira Borges<sup>2</sup>  
 Valéria da Silva Medeiros<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho faz uma análise da crônica “Tatuapé, o caminho do tatu”, publicada no livro “Crônicas de São Paulo: um olhar indígena” (2004), do escritor indígena Daniel Mundukuru. Lançamos mão de alguns conceitos de memória formulados por importantes teóricos da temática e apresentamos a relevância da crônica para a educação nos dias atuais. A partir daí propomos contribuições da Estética da Recepção para a abordagem do texto de Mundukuru em sala de aula, acreditando que o método recepcional apresenta-se como um relevante subsídio para a formação do leitor crítico. Além disso, o estudo de tal texto no ensino fundamental torna-se um incentivo às crianças e aos adolescentes a respeitarem a cultura indígena, fugindo da imagem estereotipada do indígena na literatura escrita pelos brancos.

**Palavras-chave:** Literatura indígena. Memória. História. Tatuapé.

**ABSTRACT:** The present paper analyses the chronicle “Tatuapé, the path of the armadillo”, published in the book “Chronicles of São Paulo: an indigenous look” (2004), by the indigenous writer Daniel Mundukuru. We made use of some concepts of memory formulated by important theorists of the theme and present the relevance of the chronicle for education nowadays. From there, we propose contributions from the Aesthetics of Reception to the approach of Mundukuru's text in the classroom, believing that the reception method presents itself as a relevant subsidy for the formation of the critical reader. In addition, we believe that the study of such text in elementary education becomes an incentive for children and adolescents to respect indigenous culture, fleeing the stereotyped image of the indigenous person in the literature written by white people.

**Keywords:** Indigenous literature. Memory. History. Tatuapé.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Doutor em Humanidades, mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). E-mail: walace@uft.edu.br

<sup>2</sup> Mestranda em Letras: Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína-TO. E-mail: aparecida-b2007@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: medeiros.vs@hotmail.com

Vale começar este texto informando que a literatura indígena difere-se da literatura indianista, pois esta última configura-se como a escrita do não indígena tomando para si a temática dos povos nativos. Já a literatura genuinamente indígena é aquela escrita pelos próprios indígenas, ou seja, é o registro escrito a partir da visão do próprio indígena, registro esse que não está engessado na visão do colonizador. O escritor Daniel Mundukuru é um indígena que já escreveu mais de 50 livros nos quais expressa a voz indígena, representando não só o seu povo Mundukuru, mas todos os povos nativos do Brasil que foram silenciados ao longo da história. Nascido em Belém, no Estado do Pará, formou-se em Filosofia, em História e em Psicologia. Ele ingressou no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, na USP, e doutorou-se em Educação também pela USP e pós-doutorou-se em Literatura pela UFSC-Car. Trabalhou como educador social de rua pela Pastoral do Menor de São Paulo. Visitou vários países participando de conferências e ministrando oficinas culturais para crianças.

Daniel Munduruku demonstra seu sério compromisso de representar os milhares de indígenas espalhados pelo território brasileiro. E “Crônicas de São Paulo: um olhar indígena”, por exemplo, há uma revisitação a vários bairros da capital paulista, pois em cada crônica, o autor apresenta a memória e a identidade de povos indígenas ligados a vários distritos da cidade, como Tatuapé, Anhangabaú, Butantã, entre outros. Assim, a obra vem com a nuance do passado e do presente, sendo um ponto de reencontro com a história indígena ligada a esses locais e que foram sendo esquecidas. Dessa maneira, cada crônica da obra “Crônicas de São Paulo: um olhar indígena” é um exemplo da memória dos povos indígenas que ora habitaram estes lugares, que hoje são famosos bairros da capital paulista. A respeito da relação entre literatura e memória, Elizabeth dos Santos Braga afirma que:

[...] a memória e a literatura encontram-se sempre: na poesia épica, no romance, no conto, na crônica, na carta, na (auto)biografia, marcando especificidades nos gêneros (como o romance de memória) e estilos (como de um Proust ou o de um Bandeira); no trabalho de escrever, no trabalho de ler; também no de editar, traduzir; nos vários modos de produção e circulação da obra literária (BRAGA, 2000, p. 84)

Vale pensar que a literatura sempre esteve ligada à memória, uma vez que os escritores representam, por meio da escrita pessoal, aspectos que remetem a elementos da

história e da cultura de uma sociedade em uma dada época. Portanto, a literatura pode torna-se uma referência para a discussão de vários contextos sociais. Pensemos em um conceito mais amplo para memória:

Memória são as ruínas de Roma e as ruínas de nosso passado; memória tem o sistema imunológico, uma mola e um computador. Memória é nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal (sou quem sou porque me lembro quem sou). Há algo em comum entre todas essas memórias: a conservação do passado através de imagens ou representações que podem ser evocadas (IZQUIERDO, 1989, p. 89)

Assim, esse o conceito de memória se adéqua perfeitamente à literatura indígena, já que se trata de uma escrita marcada pelos fortes traços de oralidade, imagens, tradições e costumes, sendo, portanto, um instrumento de representação dos povos indígenas. Pensando na literatura como instrumento de reflexão, propomos, neste trabalho, uma análise da crônica “Tatuapé, o caminho do tatu”, demonstrando a relação do texto com a história e a memória a que ele remete. Além disto, destacaremos a relevância desse texto para a educação nos dias atuais.

Vale dizer que antes de se tornar um bairro, o Tatuapé teve suas áreas habitadas por indígenas. Em 1560, Brás Cubas percorria aquelas regiões em busca de ouro e o ribeirão “Tatu-apé” foi o marco para a nomeação do local. Em seguida, já nos últimos anos do século XIX, o italiano Benedito Marengo instalou uma grande chácara naquelas terras e iniciou o cultivo de uvas, impulsionando a economia local. Segundo informações do site da Prefeitura Municipal de São Paulo, logo nas primeiras décadas do século XX, surgiram as primeiras indústrias do bairro. Devido ao solo da região ser rico em argila, a maioria das indústrias eram olarias. Atraídas pelos incentivos fiscais, em 1970, essas indústrias começam a migrar para as cidades do interior e com isso ocorreu uma grande especulação imobiliária em Tatuapé, incentivando o povoamento da região e o crescimento do comércio local. É então este bairro que se tornou o cenário e a inspiração para a escrita da crônica a que nos propomos analisar neste trabalho.

## **UM SINGELO REENCONTRO COM A HISTÓRIA**

Quanto ao texto do autor indígena a respeito desse bairro paulista, notamos que a contemplação da estação do metrô foi o ponto de partida para a crônica de Daniel Mundukuru. Este algo, que poderia ser só mais um edifício dentro da agitada São Paulo, para o olhar atento de um indígena, não passou despercebido dentro do bairro do Tatuapé, cujo nome é de origem tupi-guarani. Segundo Silveira Bueno (1998), em seu “Vocabulário Tupi-Guarani-Português”, “tatu” é um nome geral das várias espécies de mamíferos da ordem dos *dasipodídeos*, com casco encorpado e encouraçado. “Apé” significa caminho, estrada. Logo, Tatuapé significa caminho do tatu. O topônimo estava ligado à grande quantidade deste tipo de animal silvestre naquela região. Diante disto, busquemos entender a relação estabelecida pelo autor entre o metrô e o animal silvestre aqui descrito: um animal como este, associado às densas matas que já existiram naquele lugar, certamente poderia despertar o imaginário para a existência de um povo nativo que pode ter habitado aquelas terras. Além disso, o próprio nome do bairro se origina de uma língua indígena.

Assim, a crônica é iniciada com uma composição metafórica, onde o autor associou o termo indígena “Tatuapé”, nome do bairro, com um elemento presente no mesmo: o metrô:

Uma das mais intrigantes invenções humanas é o metrô. Não digo que seja intrigante para o homem comum, acostumado com os avanços tecnológicos. Penso no homem da floresta, acostumado com o silêncio da mata, com o canto dos pássaros ou com a paciência constante do rio que segue seu fluxo rumo ao mar. Penso nos povos da floresta. Os índios sempre ficam encantados com a agilidade do grande tatu metálico. Lembro de mim mesmo quando cheguei a São Paulo. Ficava muito tempo atrás desse tatu, apenas para observar o caminho que ele fazia. (MUNDUKURU, 2004, p. 23)

Neste trecho da crônica já se observa uma característica comum nesse gênero textual: a narração ou menção a fatos do cotidiano, que poderiam não chamar a atenção em meio à nossa rotina, geralmente muito agitada. Porém, o metrô desperta a memória do autor para um episódio de sua vida, ocorrido em tempo remoto: sua chegada a São Paulo. Mais que isso, em sua crônica autobiográfica, Mundukuru pensa nos povos indígenas que ora estiveram naquelas terras. Mas por que o autor compara o metrô ao tatu? A respeito dessa pergunta, podemos depreender algumas reflexões sobre o texto: é que o metrô, assim como o tatu, percorre caminhos total ou parcialmente subterrâneos; naquela área havia muitos animais dessa espécie silvestre e com o crescimento populacional, forçosamente, tiveram

que ceder lugar aos transportes e edificações urbanas; os indígenas também foram desaparecendo e a paisagem natural foi substituída pela paisagem urbana. Esses detalhes geralmente passam despercebidos a quem é da cidade e está acostumado com as coisas urbanas. Na continuidade do texto, o autor prossegue explicitando uma característica do tatu da floresta: que este tem o hábito de esconder-se em sua toca para escapar de seus predadores. Além disto, a escolha pelo termo “toca” para se referir à morada do tatu remete ao tipo de moradia deste animal e a seu hábito de defender-se de seus oponentes. A “toca”, a sua casa, coloca-se como local de segurança dos perigos da vida. Diferentemente do tatu da floresta, o tatu metálico não tem medo de predadores, desbrava caminhos, trazendo alegrias ou deixando saudades. Ainda, a utilização da figura do metrô é como uma grande alegoria ao próprio movimento da humanidade, da mudança das paisagens que passam de naturais a urbanas. Destas mudanças resta a memória e a história, que nem sempre é lembrada. Quando se trata de indígenas, muitas vezes, essa história não é, sequer, registrada.

A respeito da memória, “diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 1990, p. 51). Assim, podemos compreender que memória individual e coletiva, na crônica em análise, imbricam-se constantemente, já que as experiências pessoais do indígena, como sua chegada a São Paulo e seu contato com o metrô, cruzam-se com a memória coletiva dos povos indígenas. Já a teórica Jô Gondar diz que a memória social:

[...] não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nós fazemos, que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados (GONDAR, 2005, p. 24)

Dessa maneira, na visão da pesquisadora, a memória é reconstruída por indivíduo cada vez que ela é contada, ou seja, a memória sempre tem um teor de subjetividade. Pensando nesse pressuposto, é possível compreender como há na crônica em análise uma retomada à história sem, no entanto, desprender-se da pessoalidade e da identidade de quem a escreveu. Como se percebe neste excerto:

Pensei também no tempo de antigamente, quando o Tatuapé era um lugar de caça ao tatu. Índios caçadores entravam em sua mata apenas para saber onde estavam as pegadas do animal. Depois eles ficavam à espreita daquele parente, aguardando pacientemente sua manifestação. Nessa hora – quando o tatu saía da toca – eles o pegavam e faziam um suculento assado que iria alimentar os famintos caçadores. Voltei a pensar no tatu da cidade, que não pode servir de alimento, mas é usado como transporte para a maioria das pessoas poder encontrar seu próprio alimento. Andando no metrô que seguia rumo ao Tatuapé, fiquei mirando os prédios que ele cortava como se fossem árvores gigantes de concreto (MUNDUKURU, 2004, p. 25)

Nesta leitura, notamos uma comparação entre o tatu e o metrô. Para tal, há o compartilhamento do conhecimento coletivo a respeito da prática de caça a esse animal naquele local, quando ainda se tratava de uma mata nativa. Em seguida, o narrador volta a falar de suas memórias em relação ao uso do metrô, que foi uma experiência pessoal vivida na cidade de São Paulo, e como ele é utilizado para as pessoas da cidade conseguirem trabalhar para comprar seus alimentos. Tal aspecto da crônica ilustra bem a ideia de Maurice Halbwachs quando diz que:

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [que] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios [...] quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 1990, p. 51)

Neste sentido, as lembranças e narrativas construídas pelos sujeitos constituem-se em combinações de influências pautadas em critérios como identidade, meio social e história, entre outros. Neste processo, é quase impossível livrar-se da subjetividade. Ainda para Halbwachs:

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 1990, p. 71)

Com esta ideia, compreendemos o que aconteceu na escrita da crônica de Mundukuru, pois, durante o texto, são recorrentes a presença da memória individual e

coletiva (social). Neste caso, as imagens do presente servem como uma alusão à própria história do bairro do Tatuapé. Como se verifica na conclusão da crônica:

Naquele itinerário eu ia buscando algum resquício das antigas civilizações que habitaram aquele vale. Encontrei apenas urubus que sobrevoavam o trem que, por sua vez, cortava o coração da Mãe Terra como uma lâmina afiada. Vi pombos e pombas voando livremente entre as estações. Vi um gavião que voava indiferente por entre os prédios. Não vi nenhum tatu e isso me fez sentir saudades de um tempo em que a natureza imperava nesse pedaço de São Paulo habitado por índios Puris. Senti saudade de um ontem impossível de se tornar hoje novamente. Pensando nisso deixei o trem me levar entre Itaquera e o Anhangabaú. Precisava levar minha alma ao princípio de tudo (MUNDUKURU, 2004, p. 26)

Assim, o percurso do narrador aciona sua imaginação para uma reconstrução do espaço, visualizando comunidades que outrora habitavam aquelas terras. Nessa contemplação, as aves sobrevoam o espaço urbano, sendo que a ausência de tatus naquela paisagem causa nostalgia ao indígena, que revive a memória dos povos indígenas em uma experiência de cunho pessoal, mas não alheia à coletividade dos povos nativos.

## **UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM DA LITERATURA INDÍGENA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

A literatura indígena, mesmo após a promulgação Lei 11.645/2008, que torna obrigatória da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” na educação básica, ainda é pouco conhecida. Por isso ainda busca-se expandir o espaço no cenário literário brasileiro para tal literatura. Diante desta circunstância, é importante haver o incentivo à inserção de textos indígenas na escola. Assim, enxergamos a crônica “Tatuapé, o caminho do tatu”, bem como, outros textos de Daniel Mundukuru, como uma importante alternativa para o trabalho com o tema indígena no ensino fundamental, já que grande parte das obras deste autor são destinadas ao público infantojuvenil. Para Rubelise da Cunha, as obras de Daniel Mundukuru:

[...] nos convidam a pensar o fazer literário no limiar entre cultura ocidental e cultura indígena, visto que a crônica é um gênero escrito por excelência, mas o olhar que direciona a narrativa se identifica como indígena, ou seja,

oriundo da tradição das performances orais como veículo de contação de estórias. Sendo assim, a perspectiva adotada por **Munduruku, ao escrever suas crônicas de São Paulo, apresenta um olhar transcultural, ou seja, um olhar oriundo da zona de contato entre a escrita ocidental e a tradição oral.** (CUNHA, 2014, p. 78, grifo nosso)

Reiterando essa ideia, acrescentamos que tais textos são um importante material para a apresentação e estudo da literatura indígena na escola por se tratar de uma literatura escrita pelo próprio indígena. E, a partir de sua posição e identidade cultural, acaba tendo um foco de discussões que visa o respeito e a valorização de povos que têm sido invisibilizados há séculos. Visando a formação do leitor do ensino fundamental, propomos o estudo da crônica de Mundukuru a partir da Estética da Recepção. Tal escolha se justifica pela necessidade de se abordar o texto literário de modo a romper com os métodos tradicionais de abordagem textual. É importante assinalar que na Teoria da Estética da Recepção, o leitor é considerado um elemento ativo, já que este é o responsável pela recepção do conteúdo do texto literário. Com isso, o professor é convidado a adotar uma nova postura de abordagem textual, abrindo espaço para a interpretação textual na voz do alunado. Acerca de tal teoria, Bonnici e Zolin (2009) fazem a seguinte reflexão:

[...] o leitor tem sido considerado peça fundamental no processo de leitura. Seja individualmente, seja coletivamente, o leitor é a instância responsável por atribuir sentido àquilo que lê. A materialidade do texto, o preto no branco do papel só se transforma em sentido quando alguém resolve ler. E, assim, **os textos são lidos sempre de acordo com uma dada experiência de vida, de leituras anteriores e num momento histórico, transformando o leitor em instância fundamental na construção do processo de significação desencadeado pela leitura de textos (sejam literários ou não).** E é esse leitor, com novo status, o principal elemento da Estética da Recepção. Embora com nuances, pode-se dizer que o princípio geral das várias vertentes da Estética da Recepção é recuperar a experiência da leitura e apresentá-la como base para se pensar tanto o fenômeno literário quanto à própria história literária. Em suma, trata-se de uma estética fundada na experiência do leitor. (BONNICI e ZOLIN, 2009, p. 154, grifo nosso)

Deste modo, por meio das contribuições teóricas de estudos voltados para o trabalho com textos literários, é importante trabalhar o texto de literatura indígena de modo que o aluno do ensino fundamental tenha liberdade de formular interpretações subjetivas a partir da leitura pessoal e realizada em sala de aula. Desta forma, há a possibilidade de o aluno

expressar a sua voz na discussão literária sem estar motivado somente pelas avaliações e pelas fichas de interpretação. Portanto, propomos aqui que a crônica “Tatuapé, o caminho do tatu” seja um subsídio para o letramento literário, que, mediado pelo método recepcional, logrará em grande aprimoramento na capacidade linguística dos alunos, pois eles passam a ser elementos ativos no processo de abordagem e interpretação textual. Assim, estes alunos não se sentirão alienados à interpretação apresentada pelo professor e até mesmo por análises vindas de fontes como a internet e os manuais didáticos, havendo, então, uma construção de sentidos a partir do próprio leitor. O professor pode iniciar a discussão do texto ao provocar o questionamento do aluno sobre aspectos presentes na crônica. Tal postura incentiva o aluno leitor a despertar o senso crítico para a temática em voga nesse texto. Rildo Cosson, em sua obra “Círculos de leitura e letramento literário” (2014), apresenta importantes sugestões a respeito do ato da leitura em sala de aula, correspondendo a três fases, que são:

[...] o ato de ler, o compartilhamento e o registro. O primeiro refere-se ao “encontro inalienável do leitor com a obra” que pode ocorrer de forma solitária e de forma coletiva. Já o segundo compreende duas fases – a preparação para a discussão (anotações de impressões sobre o texto) e a discussão propriamente dita (“é o diálogo fundante da leitura”, ou seja, é o debate sobre a obra lida.). A terceira fase refere-se ao registro que é o “momento em que os participantes refletem sobre o modo como estão lendo e o funcionamento do grupo, assim como sobre a obra e a leitura compartilhada”, esses registros podem ocorrer de formas variadas, desde diários de leitura, até fichas de função, bem como atividades performáticas como peças teatrais, sarau etc. que podem ser utilizados como avaliação para os círculos de leitura institucionais, combinados com o recurso da autoavaliação, tendo em vista que **a literatura deve ser vista como uma experiência e não como um conteúdo a ser avaliado** (COSSON, 2014, p. 168-171, grifo nosso)

Lançando mão da Método da Recepção, Cosson dedicou-se na elaboração de um rico material que sugere uma maneira de abordagem textual de modo que os alunos sejam sujeitos ativos nesses momentos de compartilhamento de leituras em sala. Portanto, a leitura da crônica de Daniel Mundukuru pode ser seguida de debates que proporcionarão ao leitor a oportunidade de expressão, de compartilhamento e reelaboração do lido. A terceira fase apresentada por Cosson é destinada ao registro, que pode acontecer de várias maneiras.

Esta terceira etapa é então o momento em que o professor pode utilizar-se de sua criatividade para explorar a subjetividade dos alunos diante da leitura. Tanto na crônica aqui analisada como nas outras crônicas que compõem o livro “Crônicas de São Paulo: um olhar indígena” pode-se refletir sobre a cultura e a história dos indígenas que habitaram o território paulista. Além disto, a leitura de tais textos em sala de aula fomenta a discussão sobre o respeito à pessoa indígena, à sua identidade, seus saberes, seus fazeres e a riqueza de conhecer culturas que não sejam as nossas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vemos que a leitura de textos de literatura indígena, como a crônica analisada, é uma forma de garantir o multiletramento aos educandos, contribuindo, assim, para uma cidadania reflexiva, participativa e crítica. Além disto, ler a literatura dos povos indígenas também proporciona a reflexão sobre a localização sócio-político-cultural do ouvinte/leitor, as cosmovisões tradicionais indígenas e ocidentais em sua interação, assim como os contextos de produção e de recepção das textualidades indígenas (THIÉL; QUIRINO, 2011).

A discussão de um texto como “Tatuapé, o caminho do tatu” em sala de aula é, portanto, uma forma de refletir sobre como era o espaço urbano antes dos grandes avanços tecnológicos, pensar que as alterações ocorridas em determinados locais são marcadas pelas histórias de povos, etnias e grupos sociais diversos. Logo, discutir sobre memória individual e coletiva dos nativos, visando a conscientização sobre o respeito aos indígenas brasileiros pode ser de grande valia para os estudantes do ensino fundamental.

Concluindo, vemos que uma maneira de conhecer a história indígena é dar voz aos escritores indígenas por meio de sua própria literatura, deixando de lado estereótipos delineados pela visão não indígena. Assim, o estudo dos textos de Daniel Mundukuru na escola, como de outros escritores indígenas, pode ser uma forma de incentivar as crianças e os adolescentes a terem conhecimento sobre as diferentes culturas dos povos indígenas que fazem parte da história do Brasil, compreendendo que o indígena não é uma personalidade do folclore brasileiro, mas que eles têm suas próprias concepções sobre pensar, agir,

conhecer, exprimir o mundo, etc. Ou seja, eles ão as pessoas mais indicadas para narrar a pr3pria hist3ria, uma hist3ria n3o contada pelos “brancos”.

## REFERÊNCIAS

- BRAGA**, Elizabeth dos Santos. O trabalho com a literatura: Memórias e histórias. Cadernos Cedes, ano XX, nº 50, Abril/2000. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n50/a07v2050.pdf> >. Acesso em: 13 mai. 2020.
- BRASIL**. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm) >. Acesso em 24 de jun. 2020.
- BUENO**, Silveira. Vocabulário Tupi-guarani-português. São Paulo: Éfeta, 1998.
- CUNHA**, Rubelise da. O arco em palavra: a reinvenção do presente nas crônicas de Daniel Munduruku. Revista Pontos de Interrogação, v. 4, n. 2, jul./dez. 2014, p. 71-84.
- COSSON**, Rildo. Círculos de leitura e letramento literário. São Paulo: Contexto, 2014.
- GONDAR**, Jô. Quatro Proposições sobre Memória Social. IN: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. O que é memória social. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.
- HALBWACHS**, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- IZQUIERDO**, Ivan. Memórias. Estudos avançados. Vol.3, nº.6, São Paulo, May/Aug. 1989. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000200006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200006) >. Acesso em: 14 mai. 2020.
- ROUXEL**, Annie; Práticas de leitura: quais rumos para favorecer a expressão do sujeito leitor? Cadernos de Pesquisa. Volume 42, nº 147, jan/abr 2012, p. 272-283. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n145/15.pdf> >. Acesso em: 9 mai. 2020.
- SÃO PAULO**, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Cultura. Bairro do Tatuapé. São Paulo, 2007. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas\\_bairro/bibliotecas\\_a\\_1/cassianoricardo/index.php?p=135](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_1/cassianoricardo/index.php?p=135). Acesso em 18 mai. 2020.
- THIÉL**, Janice Cristine; **QUIRINO**, Vanessa Ferreira dos Sant. A literatura indígena na escola: um caminho para a reflexão sobre a pluralidade cultural. Disponível em: < [https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5885\\_3228.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5885_3228.pdf) >. Acesso em: 9 mai. 2020.